

Sem Terrinha e ECA: pela defesa dos seus direitos¹

Luciana de Matos Rudi (UFSCar)

Em um palco algumas crianças atuam. Elas estão ali representando outras crianças em diversas situações, sendo que a maioria delas é de crianças desassistidas: crianças pobres, camponesas, do meio urbano, engraxates e até mesmo trabalhando num forno de carvão. Mas também, algumas crianças “burguesas” circulando pelo espaço com ar de superioridade. Enquanto a música *A burguesia fede*² toca, uma voz fala da

vida precária das crianças que são fruto da exploração dos latifúndios e empresários. Sem direito à educação, à alimentação, sujeitas a violência, historicamente as crianças do Brasil sofrem pela exclusão, pelo trabalho infantil e violência. As crianças são responsabilidade dos pais, da sociedade e do Estado.

Em um determinado momento, todas as crianças da encenação avistam uma caixa coberta por um tecido com as cores do arco-íris e ao retirarem-no elas leem: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente³. Todas correm para a caixa, as pobres e as burguesas, entram nela e ao saírem – ouvindo que criança e adolescente tem direito de viver e que o Estatuto deve ser respeitado – estão vestidas com as camisetas, os bonés do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – e carregando livros. “Se todo mundo tem direito ao conhecimento, então a gente faz educação e movimento!” É o que ouvimos ao final da encenação.

Assistida por quase 1500 crianças e alguns adultos, a cena retratada aconteceu no palco principal do primeiro dia do I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha⁴, que aconteceu entre os dias 23 e 26 de julho de 2018 na cidade de Brasília. Nesse palco, o pano de fundo exibia um desenho retratando o campo, com crianças felizes, brincando, estudando e desenhando. Há casas de alvenaria mas também barracos de lona, **retratando** o assentamento e o acampamento, duas realidades da vida do MST. Há bandeiras do movimento nas casas e nas mãos das crianças, e algumas delas aparecem segurando frutas.

¹ Trabalho apresentando no VI Enadir. GT.12 – Interseções da antropologia com os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

² Música composta por Cazuza, de 1989.

³ Além do texto, havia na caixa um desenho retratando a diversidade das crianças: brancas, negras, indígenas. O desenho lembra o mapa do Brasil.

⁴ As crianças do MST se autodenominaram Sem Terrinha no primeiro encontro realizado para elas em 1996, conforme me contou uma educadora do Movimento.

Um outro painel, localizado bem na entrada do Pavilhão do Parque da Cidade, onde o evento se realizou, com traços semelhantes ao primeiro, exibe uma árvore que tem frutos diversos: os comestíveis, os brinquedos e os livros. Também há casas de alvenaria e os barracos de lona, mas o prédio em destaque é a escola. “Por terra, por escola, saúde e educação. Desse meu direito eu não abro mão!” Essas frases estão escritas no painel e são ouvidas nas vozes das crianças em todos os eventos que o MST realiza para elas e com elas. Essas frases sintetizam o Art. 4º do ECA, bem como o Art. 6º da Constituição Brasileira.

A escolha desse trecho etnográfico se dá porque ela explicita o papel que os direitos das crianças e adolescentes, garantidos pelo ECA, ocupa nas atividades dos Sem Terra e dos Sem Terrinha – assim denominadas pelo movimento as crianças. Mas também porque explicita o conflito premente entre o MST e o atual governo, tendo como alvo dos ataques, as crianças Sem Terrinha. Nesse conflito, o instrumento jurídico ECA tem sido empregado como ataque, defesa e também contra-ataque.

O ECA e o governo Bolsonaro

O Estatuto da Criança e do Adolescente está prestes a completar 30 anos. Promulgada em 1990 como uma lei moderna e alinhada com as discussões globais, tem sofrido ataques nos últimos anos acusado de ser o responsável pela “vagabundagem” e pela impunidade dos “menores” criminosos.

Durante sua campanha à Presidência da República, no dia 23 de agosto de 2018, Bolsonaro disse que o “ECA tem que ser rasgado e jogado na latrina. É um estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil.” Sua fala veio em resposta às críticas que recebeu por ter ensinado uma criança a fazer sinal de arma com a mão dizendo: “Você sabe atirar? Atira!” Questionado ainda sobre encorajar o uso de arma de fogo à criança, disse: “Encorajo, sim. Não podemos mais ter uma geração de covardes, de ovelhas, morrendo nas mãos de bandidos sem reagir. A realidade é muito diferente da teoria que está aí!”⁵

O PSL – Partido Social Liberal (legenda a que o atual presidente se filiou recentemente e pela qual foi eleito), entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade⁶ (ADI ou ADIN nº 3446) em 2005 propondo mudanças que ferem diretamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nessa ADI o partido contesta 5 artigos do ECA, que são eles: o Art. 16 no inciso I sobre o direito de ir e vir; o Art. 230 que trata da apreensão de crianças e

⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>

⁶ . Uma ADI propõe analisar uma lei ou alguns de seus artigos com o intuito de declará-los inconstitucionais.

adolescentes sem flagrante de ato infracional ou sem ordem escrita para tal, comprometendo a liberdade prevista no Art. 16; o Art. 105 que determina que crianças que cometeram atos infracionais devem receber tratamento diferente daquele recebido por adolescentes; o Art. 136 e o Art. 138 que versam sobre as atribuições dos Conselhos Tutelares.

Segundo o partido o ECA possibilitou que "as crianças carentes, ainda que integrantes deste quadro dantesco e desumano, não mais poderão ser recolhidas pois adquiriram o direito de permanecer na sarjeta". Ainda dizem ser preciso modificar o que coloca o Estatuto, já que "os perambulantes, vadios e sem rumo na vida somente [podem ser apreendidos] quando estivessem em flagrante de ato infracional, mesmo porque pelo art. 232 do estatuto, não podem ser submetidos a vexame ou constrangimento."⁷

No que se refere às funções dos Conselhos Tutelares, o partido do Presidente os critica afirmando que são constituídos por leigos a avaliarem o crime, ato infracional ou contravenção, e que mesmo considerando ser um crime, os dispositivos legais permitem apenas medidas de proteção nos "crimes" praticados por uma criança, diferente do que acontece com o adolescente⁸.

O texto da ação ainda versa sobre a "internação de menores infratores" que, conforme o Art. 122, só poderá ser aplicada quando "tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa". Para a sigla, esse artigo impede a "internação" daquela criança ou adolescente que "pela primeira vez venha cometer um ato infracional grave, porém sem violência ou grave ameaça contra pessoa"⁹. Vai ficando cada vez mais claro que o que importa é a apreensão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e, ao que parece, que possam cometer crimes contra o patrimônio. O julgamento dessa ADI está previsto para 7 de agosto de 2019.

Toda a justificativa da ação vai de encontro ao que é colocado pelo ECA, modificar esses artigos, é desconstruir o que fomentou a sua elaboração enquanto tal. Conforme Claudia Fonseca (2003), o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, é o reflexo de um movimento mundial que desde os anos 80 busca repensar a legislação acerca do bem-estar de crianças e adolescentes. Isso significa dizer que seu texto não foi decidido ao calor das

⁷ Os termos usados remetem à Lei da Vadiagem de 1941, em plena ideologia trabalhista de Vargas que punia quem estivesse vadiando, ou seja, à toa na vida.

⁸ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64479>

⁹ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/02/04/Quais-mudan%C3%A7as-o-partido-de-Bolsonaro-prop%C3%B5e-no-ECA>

mudanças postas pela Carta de 1988 e por isso mesmo, discutir a constitucionalidade de seus artigos é, em si mesmo, um retrocesso nessa legislação.

Segundo Santos (2007) o modelo jurídico-social que vigora desde 1990 trata os direitos da criança associados à ação emancipatória cidadã e, nesse sentido, pensar a criança como sujeito de direitos só foi possível rompendo com categorias como “menor”, assim como “carente”, “infrator” e “abandonado”. O texto da ação do PSL, tanto quanto a fala do Presidente, demonstram que a concepção de criança e adolescente permanece nessa seara, de que os “menores” pobres são essencialmente infratores. Cláudia Fonseca e Andrea Cardarello (1999) também discutiram essa mudança de categorias, uma vez que, como colocam as autoras, “‘medida sócio-educativa’ tomou o lugar de ‘internação’ para lembrar a todos a finalidade dessa privação de liberdade e ‘adolescente autor de ato infracional’ veio substituir ‘menor infrator’ para diminuir o estigma que tende a rotular o jovem como delinquente.

Em sua instituição, o ECA foi celebrado como uma lei democrática e moderna, significando uma ruptura com as práticas autoritárias adotadas juntos às crianças e adolescentes. Patrice Schuch (2010) afirma que o ECA e suas novas ideias e práticas eram colocadas como o oposto da “cultura brasileira” e, nesse sentido, esta última seria a tradicional e o ECA, o moderno, no sentido mesmo de um instrumento civilizatório.

Ao tomarmos conhecimento da ADI, parece ficar muito claro que essa “cultura brasileira” permanece arraigada em alguns legisladores, justamente porque pretende destruir um modelo jurídico que possibilita que crianças e adolescentes sejam pensados e vistos como sujeitos, e portanto, com a garantia de seus direitos institucionalizados.

Mas para além disso, os argumentos da ADI demonstram, sem nenhuma dúvida, que a discussão sobre direitos de crianças e adolescentes é recortada pela própria questão de classe social, o que por si só, já justificaria essa discussão. Nas palavras do Presidente, “meus filhos todos atiraram desde os cinco anos”¹⁰, no entanto, para ele o “menor carente” de posse de uma arma de fogo deve ser encarcerado o quanto antes. Quais crianças podem aprender a atirar desde os cinco anos? A incoerência na fala do Chefe do Executivo é total, afinal ele concorda com o armamento de crianças tais quais os seus filhos – brancos e ricos – mas não apoia que outras crianças, aquelas supostamente infratoras, pobres, negras, campesinas façam o mesmo. Para ele, estas outras crianças devem ser sumariamente punidas, posto que não se enquadram no seu conceito de criança ou infância.

¹⁰ <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>

Liana Lewis (2004) aponta que as crianças e adolescentes que ocupam o espaço público, geralmente negras e pobres, “não são percebidas como fazendo parte do conceito hegemônico de infância permeado pela noção de proteção e representado por crianças brancas.” E dessa forma, o fato de elas estarem nas ruas, independente se vivem e dormem nas ruas ou vendendo balas nos semáforos, pedindo comida ou uns trocados, nada disso é visto como violação de seus direitos e, sim, como algo que deve se tornar invisível aos olhos dos cidadãos.

Se os discursos e ações do grupo político que assumiu a chefia do Estado brasileiro já foram chamados de barbárie, a ADI demonstra essa ideia com bastante propriedade. Se o ECA ainda hoje é entendido como um instrumento civilizatório, ao usar os termos desse grupo, as mudanças propostas se parecem com uma intenção de retorno ao estado anterior, a barbárie.

No que se refere exclusivamente aos Sem Terra e aos Sem Terrinha, recentemente novas declarações do Presidente e também do atual Ministro da Educação demonstram que uma das características desse governo é uma certa “confusão” com os fatos, ou falta de conhecimento mesmo, o que parece ser bastante comum, como foi percebido quando o ministro, Abraham Weintraub afirmou em 25 de abril de 2019 que iam parar de dar dinheiro público para as “escolas do MST”.

A gente está chegando ao governo e vendo que muitos recursos públicos estavam indo para áreas que têm forte viés ideológico. Muitas escolas ‘sem terrinha’ são sustentadas com dinheiro do povo, do contribuinte, do pagador de imposto. Você aí está pagando mais caro o leite do seu filho, uma parte desse imposto, ICMS, acaba indo para a escolinha dos ‘sem terrinha’. Isso tem que acabar. Quer fazer, faz com o dinheiro deles. Não com o nosso”.¹¹

Contra essa fala vale o que ouvi de uma menina que disse sofrer preconceito se for com a camisa do Movimento na escola. O que só demonstra que a escola não “é” dos Sem Terrinha e sim, para as crianças, incluindo as Sem Terrinha.

Tem sido um discurso bem comum este de opor nós e o outro. O outro nesse caso, o Sem Terra, aparece como não cidadão, não contribuinte, não trabalhador, não “gente como a gente”. Ao que o “excelentíssimo” presidente reforçou: “Agora, na questão ideológica, eu acho que o Estado poderia interferir. Não podemos deixar que se formem militantes ou

¹¹ <https://www.revistaforum.com.br/ministro-da-educacao-diz-que-dinheiro-do-mec-sustenta-escolinha-dos-sem-terrinha/>

brasileiros que não terão qualquer qualificação no futuro, que seriam apenas dependentes do Estado em outras áreas.”¹²

Essa ideia de escola do MST e escola de Sem Terrinha como sendo escolas fora da rede escolar, ou que só atenda crianças do Movimento, aparece o tempo todo no discurso do grupo que ganhou a eleição presidencial. Se esquecem ou não sabem ou fingem esquecer ou não saber para poder formar opinião, que as escolas do campo são escolas da rede pública, cujos gestores e professores são, senão concursados, contratados pelas respectivas diretorias públicas de ensino. Tem muitas escolas nos assentamentos? Sim, existem 1500 escolas nos assentamentos. Essas escolas tem educadores Sem Terra? Sem dúvida que sim, mas não são a totalidade e quiçá, a maioria deles. Mas todas são escolas públicas e o fundamental aqui, embora sequer mencionem, é que todas as crianças tem seu direito à escola. A discussão sobre a existência e permanência nas áreas rurais é ponto fulcral da luta do MST, justamente, porque sua luta é a permanência na terra e a escola é parte dessa vivência¹³.

Os direitos dos Sem Terrinha

Sou Sem Terrinha do MST/ Acordo todo dia pra lutar você vai ver/ Por terra, por escola, saúde e educação/ Desse meu direito, eu não abro mão.

Essa música soa em todos os encontros das crianças do MST, a palavra direito está ligada diretamente ao acesso à terra, à escola, ao atendimento de saúde e educação em geral. Quando a criança do MST canta essa música ela sabe o que canta.

Quando chove não tem transporte pra ir para escola, daí a gente tem falta e aí tá chegando o SARESP daí toma falta e fica no mesmo ano! (...) Mais coisa pra plantar, pra gente ganhar dinheiro, pra comprar tijolo pra fazer nossa casa porque o governo fala que vai dar e não dá! (...) A gente luta pra ver se o governo dá alguma coisa pra gente, pra ganhar terra!

Essa foi uma fala que ouvi de um garoto de 8 anos no IV Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha de São Paulo (2017). Na ocasião, as crianças discutiam a elaboração do Manifesto que foi entregue ao secretário de educação do estado. Embora ele use o verbo *dar* pra se referir ao papel do governo, ele entende que existem direitos e que o governo é responsável por garanti-los.

¹² <https://renovamidia.com.br/bolsonaro-e-ministro-da-educacao-criticam-escolas-do-mst/>

¹³ No evento de confraternização em dezembro de 2018 realizado na Escola Florestan Fernandes – ENFF, o MST apresentou um balanço que afirmava ser esse o número de escolas nos assentamentos, além de 7 turmas novas de graduação em parceria com universidades públicas (agronomia, direito, história, serviço social, veterinária e pedagogia, já tendo formado 61 turmas até aquele momento). Alfabetizou 25 mil pessoas pelo Programa Sim eu Posso (versão do programa cubano de alfabetização).

As crianças que participam dos Encontros tem entre 8 e 12 anos, embora algumas menores participem eventualmente. São chamadas de Sem Terrinha as crianças que vivem nos acampamentos e nos assentamentos e que estão em área rural, mas também crianças que não vivem nessas áreas, como é o caso das crianças das famílias Sem Terra que organizam e moram na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF. Também o são os filhos e filhas de outros membros do Movimento que vivem nas cidades grandes. As crianças do Movimento seguem, portanto, a mesma diversidade que se encontra atualmente no próprio MST, que não se reduz à imagem recorrente de acampados e assentados e nem ao mundo rural. São filhos e filhas dos Sem Terra. Também vale dizer que etnicamente as crianças são diversas, tem crianças negras, brancas, loiras e pardas, embora não tenha visto crianças orientais e indígenas.

Pela primeira vez, no Encontro de 2017, um Secretário de Educação se dispôs a receber as crianças e o Manifesto das mãos delas. Esse vinha sendo um objetivo perseguido pelo Movimento. Em outros anos, houve muita recusa do secretariado: em receber os Sem Terra e mais ainda em receber as crianças. Somente em 2010 a Secretaria aceitou receber as crianças mas, as pautas deveriam ser lidas pelos adultos. É claramente uma recusa em reconhecer as crianças enquanto sujeitos e uma recusa em reconhecer seus direitos.

Em 2010, uma educadora me contou que quando estavam todos na Secretaria de Educação de São Paulo, uma criança disse: “quem tem a pauta somos nós!” E foi sendo acompanhada de outras crianças reclamando das condições dos ônibus, contestando funcionários, falaram do preconceito que sofriam e, segundo a educadora, todos que estavam lá “ficaram bobos” com as crianças.

No Encontro Nacional dos Sem Terrinha (2018) a ideia de direito foi discutida ao longo do evento. E a luta pela garantia dos mesmos cristalizada na marcha que as crianças fizeram da Esplanada dos Ministérios até a Praça dos Três Poderes. A Marcha era por direitos.

Logo que a educadora falou do passeio, algumas crianças ficaram muito animadas com a possibilidade de conhecer a cidade e de sair do pavilhão, uma vez que elas estavam lá dentro desde que chegaram, algumas chegaram no domingo e outras na segunda. E começou a especulação.

- E o que é? Logo perguntou uma menina.

- É pra tirar o Temer? Perguntou um menino.

- O passeio vai ser diferente. O passeio será uma atividade de luta. Disse a educadora discorrendo sobre o objeto do Encontro, que estão lá pra defender seus direitos e a luta era por um direito muito importante. E perguntou qual era. Algumas crianças responderam que pela educação, outras falaram em saúde, alimentação. “Passeio que a gente vai lutar pelos nossos direitos!”, disse a educadora.

- Vamos jogar tinta em alguém? Ouvi um garoto dizer provavelmente referindo-se a tinta que foi jogada no prédio da Ministra do STF Carmen Lúcia dias antes.

- Vão me dar uma arma? Disso outro, em meio a risadinhas das crianças.

As crianças sabem o que acontece à sua volta e atribuem sentidos à essas coisas, num processo autopoietico, como destaca Toren (2010). Do mesmo modo, as crianças Sem Terrinha conhecem sua realidade, seja ela do seu acampamento, assentamento, dos sujeitos da história de luta do MST, etc. No Encontro Nacional enquanto acompanhávamos uma atividade, um menino de cerca de 10 anos me disse: “eu *pesquisei* sobre o Che¹⁴. Eu achei outras músicas que falam do Che”, e cantou uma música que falava em Che, Zumbi e Antonio Conselheiro, que lutam... e por aí vai. Então ele me disse que não teve tempo de pesquisar mais¹⁵.

Ao me dizer, *eu pesquisei*, ele sintetizou a ideia toda: eu aprendo, eu busco aprender. Perguntei se conhecia os demais personagens da música e a princípio ele negou. Contei um pouco, ele ouviu atentamente e depois demonstrou saber um pouco sobre Zumbi, num processo de construção mesmo do conhecimento. Durante nossa conversa ele também me contou como se deu a ocupação de seu assentamento.

Refiro-me a esses recortes etnográficos em razão dos recentes ataques ao MST, especialmente ao I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha¹⁶. O primeiro aconteceu meses atrás, antes mesmo da eleição. Inicialmente agendado para os dias 28 a 31 de maio de 2018, o Encontro foi transferido para julho em razão da greve de caminhoneiros que aconteceu nesses dias e, na semana em que aconteceria o deputado Eduardo Bolsonaro postou um vídeo no *facebook* “analisando” uma cartilha do MST que, segundo ele, sua equipe havia conseguido de uma gráfica em Brasília. O vídeo começa com ele dizendo que “a causa dos

¹⁴ Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana de 1958.

¹⁵ Esse mesmo menino foi o responsável, junto com uma menina, por entregar o Manifesto redigido coletivamente pelas crianças e educadores no Ministério da Educação durante a marcha.

¹⁶ Discuti mais profundamente três episódios de ataques às crianças do MST em trabalho apresentado no GT Crianças nas Antropologias do Sul: conjugando sujeitos, direitos e protagonismo social na XIII RAM, em julho de 2019, na cidade de Porto Alegre – RS.

problemas do Brasil é isso: dinheiro público usado pra doutrinar crianças.” Segundo ele, o MST não se importa se o país ocupa as piores posições nas provas internacionais, e alfineta: “pra eles importa ter ‘pensamento crítico’, que é formar fileira de *black block*, é dizer que no Brasil teve ditadura, é gritar fora ALCA, fora FMI, fora FHC, fora Temer, tudo isso!”

Ele afirma que é um material a ser distribuído nas escolas do Distrito Federal para crianças de 1ª a 4ª séries, com bandeira do MST e viva Cuba. “O que vai fazer um cara no mercado de trabalho? Uma mulher com sovaco cabeludo gritando a favor do feminismo? Um cara que vai procurar emprego já achando que o empresário é um ‘filho da mãe?’”, diz referindo-se aos supostos resultados práticos da “doutrinação marxista” que o MST faz com suas crianças.

E avisa, em tom de ameaça, que vai conversar com sua equipe pra entrar com uma representação no Ministério Público ou chamar o Movimento para se explicar em uma audiência pública. Porque “se tem MST aqui (diz ele referindo-se ao símbolo do MST impresso na cartilha) tem que ter a turma dos ruralistas, que é quem coloca comida na nossa mesa! Se tem Palestina (referindo-se a uma música que canta o Estado da Palestina) tem que ter a parte de Israel”, diz ele.

Ele encerra o vídeo de 3’50” sentenciando que a raiz do problema é a cultura, é Antonio Gramsci (com erro de pronúncia, claro), que “deu cria” pelo mundo até no Brasil com Paulo Freire, segundo ele mesmo e diz: “Estamos aqui pra desfazer a merda que esses caras fizeram. Você do DF reclame, reclame na escola senão daqui a pouco seu filho vai aparecer fumando maconha, incorporando fileiras de *black block*.”

Analisando sua fala, uma série de erros são visíveis, a começar pelo fato de que as cartilhas eram para o evento das crianças Sem Terrinha e não pra distribuição em escolas. Para quem acompanha as declarações desse grupo político, já conhece bem os erros teóricos-ideológicos acerca do que chamam de “marxismo cultural” e da tal doutrinação de esquerda que parece não existir em lugar algum no país. E há também erros sobre as séries escolares (hoje os termos corretos são de 1º ao 5º ano). No entanto, essas questões parecem irrelevantes para seus seguidores: o vídeo foi compartilhado 21 mil vezes, assistido 558 mil vezes, teve 11 mil curtidas (além de 3,7 mil carinhas de raiva, que podem ser interpretadas tanto como

concordando quanto discordando do deputado) e recebeu 2 mil comentários, com muitos apoios ao deputado¹⁷.

O último ataque às crianças foi uma reportagem feita pela TV Record, aliada ao atual governo federal, em que acusa o Movimento de doutrinação de suas crianças e justifica toda a reportagem na ideia de que crianças apenas reproduzem o que os adultos ensinam e não são capazes de discernimento da realidade¹⁸. Embora a emissora não seja o

No dia 10 de fevereiro de 2019 a TV Record exibiu uma matéria no programa Domingo Espetacular, de 19'42" no quadro que chama de A Grande Reportagem. A pergunta de partida da matéria foi: “até que ponto meninos e meninas, alguns com menos de 8 anos, podem ser envolvidos em movimentos político-ideológicos?”

Até os 3'23" a emissora reproduz trechos dos vídeos do próprio MST sobre o I Encontro Nacional realizado no mês de julho de 2018. O canal editou as músicas mostrando apenas os trechos em que se canta a luta, a reforma agrária e revolução. O que embasa a reportagem são os comentários dos “internautas” sobre o que chamam de doutrinação. A principal crítica é de que as crianças só teriam uma visão. Essa ideia de um só lado da “coisa” é a mesma fala do vídeo do Eduardo Bolsonaro e corrobora acintes como a necessidade de ter a fala de um nazista quando falarmos do holocausto judeu¹⁹.

Após o festival de imagens produzidas pelo MST, a apresentadora pergunta se as leis do país permitem “essa doutrinação” e entram na pauta as questões sobre a maturidade das crianças e as fases da infância para tratar destes conteúdos políticos. Convidam então os especialistas no assunto²⁰. Nenhum/a pedagogo/a, nem sociólogo/a e muito menos uma/um antropóloga/o da infância e da criança. Os convidados da emissora foram anunciados como

¹⁷ Esses números são da segunda semana de maio de 2019. Quando o Encontro aconteceu e as cartilhas foram entregues aos Sem Terra, vivíamos um clima extremamente hostil no país, e assim estamos desde então, o ex-Presidente Lula já estava preso e a indecisão sobre sua candidatura permanecia. Em Brasília, o medo foi meu companheiro, principalmente quando soube da Marcha pela Esplanada dos Ministérios que seguiria até a Praça dos Três Poderes. Havia 1500 crianças e muitos adultos, todos esses responsáveis pelas crianças, num clima de muita tensão, afinal, estávamos no centro do poder.

¹⁸ A emissora tornou-se a porta-voz do governo Bolsonaro e foi sua porta-voz durante a campanha eleitoral. Uma vez que o então candidato não participou dos debates televisivos promovidos por outras emissoras, virava e mexia dava entrevista exclusiva à Record. Uma delas aconteceu justamente quando ocorria um debate de presidencialistas na TV Globo, a maior emissora do país. O pastor proprietário da emissora declarou seu voto abertamente ainda em setembro de 2018.

¹⁹ Há alguns meses a página da internet da embaixada alemã sofreu ataques virtuais de brasileiros protestando porque o governo alemão considera o nazismo um movimento de direita.

²⁰ Ribeiro (2013) chamou a atenção para essa categoria: *especialistas em infância* na Comissão que analisava o projeto de lei apelidado de ‘lei da palmada’.

especialistas em Direito e em Educação e são categóricos em dizer que a doutrinação é uma infração do ECA e uma infração federal, como coloca o Art. 227 da Carta Magna:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Não há dúvida de que o MST concorda irrestritamente com esse artigo mas, segundo os especialistas, o Encontro impôs uma “violência sutil que penetra na psique das crianças” quando mostram outras imagens em que as crianças gritavam palavras de ordem. Um dos especialistas se diz “chocado” com os punhos erguidos das crianças (durante o Hino do MST todos os Sem Terra levantam o punho, justamente no momento que a música canta isso). Mais um choque para os especialistas: “trocam o hino brasileiro pelo hino do MST!”

O Encontro aconteceu em Brasília, sob o governo Temer e, durante a marcha rolaram muitos Fora Temer! Para um dos especialistas “a criança às vezes nem sabe quem é, ela só repete, não pensa”. A bibliografia antropológica já deixou mais do que claro que as crianças sabem quem são as pessoas a sua volta, quem elas mesmas são, como compreendem o mundo e o que esperam dele.

Não satisfeitos, a reportagem se debruça sobre a autorização da Vara da Infância e Juventude, uma vez que as crianças estariam desacompanhadas de seus pais. O juiz em questão se recusou a receber a reportagem. Outros detalhes são criticados, as acomodações, os banheiros e a segurança das crianças. As crianças, todas elas, levaram colchonetes, colchões, barracas e estavam dormindo em uma área reservada para isso. Embora o pavilhão ocupado não disponha de banheiros em grande quantidade, banheiros químicos estavam dispostos em vários locais além dos *containers* para banho. A reportagem mostra somente os 2 banheiros fixos do pavilhão e um dos especialistas, novamente chocado afirma: “crianças dormindo no chão!” Soa tão absolutamente irônico que ele se choque com isso e pareça fingir que desconhece o fato de que crianças estão nascendo nas ruas e dormindo nas ruas, ao relento e sem nada embaixo delas²¹.

²¹ Outras considerações da reportagem propõem que o MST reflete um Estado paralelo: quem custeou o espaço ocupado por mais de uma semana? Conseguem confirmar que o valor gasto foi de R\$ 550.000,00 destinado ao evento por um emenda parlamentar, sob a alçada da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Também conseguimos descobrir que a Organização Não Governamental SOS Aldeias Infantis Brasil foi quem recebeu o valor, porque o MST não possui CNPJ. E conseguiram todas essas informações porque elas são de domínio público. Essa ideia de Estado paralelo é fruto da ignorância e preconceito sobre o Movimento. Um dos grandes objetivos do MST é o reconhecimento de sua existência e de sua luta pelo Estado. (ALENCAR, 2000) É o Estado o responsável pela desapropriação das terras ocupadas, pela permissão do uso pelo

Os especialistas novamente concordam que as crianças estão sendo constrangidas, infringindo o Art. 232 do ECA que diz: submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento. Pude conversar com muitas crianças nos dois encontros e apenas uma menina me disse, durante a Marcha, que estava legal, mas preferia estar na cama dela. As demais crianças demonstraram saber exatamente porque estavam ali: estavam ali porque fazem parte de um movimento social e aquele encontro era para defenderem seus direitos.

A reportagem, por meio de seus especialistas, sugere uma notificação ao Ministério Público, que também não quis se pronunciar. Os mesmos especialistas finalizam concordando que não houve uma proposta educacional e sim, que houve uma sugestão à violência. Analisando os documentos do MST quanto aos objetivos educacionais, vemos uma preocupação muito grande com a educação formal, seja na escola, ou nos demais espaços por onde circulam as crianças. O processo de educação e aprendizagem das crianças no MST vai além da formação de professores para as escolas presentes nos assentamentos e proximidades dos acampamentos¹⁰ e se coloca através das Cirandas Infantis. Assim, a ideia de um lugar para a infância e para a criança é também físico. As Cirandas são espaços de participação e de aprendizado, foram criadas a partir de 1996 e envolvem todas as crianças numa tentativa de ocupar o lugar da Educação Infantil no campo, mas também para complementar a educação formal oferecida pela escola, atendendo todas as crianças até 12 anos, que dela participam no horário oposto ao do escolar. Ou seja, para o MST, a escolarização das crianças do Movimento se dá em todos os espaços. Se em alguns casos encontramos sociedades contra a escola²², no MST temos o que parece ser uma *superescolarização*.

Além disso, o MST trabalha na elaboração e na aplicação de sua pedagogia cotidianamente, realiza encontros de educadores e ajuda a formar seus educadores junto à universidades públicas. Sua pedagogia está fundamentada na ideia de que o trabalho educa, que a luta pela reforma agrária é de todos, adultos e crianças, e que é no processo coletivo que a aprendizagem se realiza.

Ainda em relação aos especialistas, um deles afirma que “a questão não é lutar ou não pelo direito à reforma agrária e sim, a manipulação da criança com doutrinação ideológica

Movimento, pela aprovação do uso de espaços públicos para realização de seus eventos, etc., logo, não há um Estado paralelo .

²² Ver TASSINARI, A. M. I. . A Sociedade Contra a Escola. In: Antonella Tassinari; Beleni Grando; Marcos Alexandre Albuquerque. (Org.). Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização. 1ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, v. 1

que ela não tem capacidade pra aprender.” Outro afirma que não é ilegítimo lutar pela terra. “Onde o pessoa se perde? Quando estimula a violência.”

A violência a que se referem está nas palavras luta, reforma agrária, fora Temer, revolução, a menção à Che Guevara, os punhos erguidos. “É uma personalidade em formação que certamente quando estiver adulto estará preparado pra guerra.” “Pensamentos que aos poucos eles foram penetrados nas crianças, trabalhado o juízo crítico dessas crianças a ponto delas assimilarem.” Dizem os especialistas.

Em discussão...

A noção do que seja um direito, ou os direitos, foi difundida ao longo de todo o Encontro, com a participação direta das crianças. Direito à educação, direito à saúde, à alimentação saudável, ao lazer, à ocupação, à terra, à escola no assentamento/acampamento, à produção, ao transporte, às brincadeiras, à reforma agrária. “Os direitos são fruto do enfrentamento entre as classes”, diz o MST. Todo o I Encontro Nacional dos Sem Terrinha foi pensado com vistas à promoção do ECA que esteve presente nas palavra de ordem, no lema do Encontro e nas músicas entoadas.

Uma das falas dos especialistas da Record foi: “Não é idade pra se ensinar isso!” Ora, como e possível definir, genericamente, o que é assunto para crianças? As mesmas perguntas que sempre nos fazemos, nós da Antropologia da Criança e da Infância, podem ser feitas aqui: que concepção de criança estamos tratando? Que concepção de infância? As crianças Sem Terrinha, acampadas ou assentadas, demonstram conhecer a realidade em que vivem com suas famílias. Suas falas traduzem isso quando reclamam da escola, da merenda, da distância de suas casas para a escola, na falta de lazer, das dificuldades pelas quais suas famílias passam no campo e, por isso mesmo, falam em seus direitos com bastante propriedade. E também demonstram conhecer a realidade quando falam da importância do trabalho coletivo, da alimentação sem agrotóxico, das brincadeiras no campo e do valor da educação²³.

Falar em doutrinação, em apenas reprodução do que os adultos falam ou fazem contraria tudo o que temos visto com os estudos sobre crianças em diferentes contextos. E é o contexto e as diferentes concepções de infância que fazem com que compreendamos o que as

²³ No final de 2018 um dirigente nacional do Movimento me disse que o enfrentamento à ofensiva do governo Bolsonaro se dará pela defesa da alimentação saudável e da educação no campo. E desde então, o MST tem difundido a defesa pela educação no campo e a de suas crianças²³. Na segunda semana de junho de 2019 esse mesmo dirigente me pediu uma contribuição na organização de um evento em defesa das crianças e adolescentes brasileiras, em especial às Sem Terrinha.

crianças sabem, como elas sabem e porque elas sabem, ou como coloca Clarice Cohn numa frase já memorável, “criança não sabe menos, ela sabe *outra coisa*”. Essa “outra coisa” não é universal e nem genérica²⁴.

Não há dúvidas de que o confronto entre dois modos de pensar o mundo²⁵ estejam colocados. De um lado um governo de direita acenando com ameaças ao Movimento, incidindo diretamente na retirada dos direitos das crianças Sem Terrinha (e estendendo os ataques a todas as demais crianças e adolescentes pobres, das cidades, camponesas, indígenas e quilombolas) para transformá-las em não-sujeitos de direitos e de outro, o MST que considera ser extremamente importante a participação das crianças na luta e que, no momento atual, será a da defesa de sua concepção de infância e de criança.

E talvez possamos afirmar que a concepção de infância e de criança que esse governo tem, coloca em risco todas as concepções de infância e criança que temos no território brasileiro. Ao desconsiderar e desprezar essas concepções retornamos à ideia de criança como aquele que ainda não é, que está em vias de ser. Nesse sentido, os estudos antropológicos da infância e da criança tem nesse momento um desafio ainda maior, não só o de se colocar como estudos da mesma importância que aqueles feitos com e sobre adultos, como de afirmar a importância dos estudos da infância e da criança na defesa da existência e da garantia de direitos das diferentes concepções existentes.

Referências Bibliográficas

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas*. Porto Alegre v. 13 n. 2 p. 221-244 maio-ago. 2013.

FONSECA, Cláudia. 2004 “Os direitos da criança – Dialogando com o ECA” in FONSECA, Cláudia, TERTO, Veriano e ALVES, Caleb F. (orgs) **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FONSECA, Cláudia e CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e dos menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio, 1999.

²⁴ Sobre “assunto de criança” Walter Benjamin realizou entre os anos de 1929 e 1932 transmissões radiofônicas para as crianças sobre assuntos muito específicos e ainda hoje entendidos pelos tais especialistas consultados pela Record, como assuntos de adultos. Benjamin (2018) falou sobre o dialeto berlinense, processos contra bruxas, Caspar Hauser, sobre ciganos, falou do terremoto de Lisboa, da enchente do rio Mississippi e até sobre cães.

²⁵ Ou dois mundos diferentes. Mas isso é outra discussão.

LEWIS, Liana. Como ser uma criança na calçada. Pontuações etnográficas sobre algumas crianças em situação de rua na cidade do Recife. **Mediações Revista de Ciências Sociais**. Vol.9, Nº2, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 152-154, abr./set. 2007.

SCHUCH, Patrice. Uma lei moderna X uma cultura tradicional: notas sobre reformulação do campo de atenção à infância e juventude no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010.

RIBEIRO, Fernanda Bittecourt. Governo dos adultos, governo das crianças. Agentes, práticas e discursos a partir da “lei da palmada”. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 292-308, maio-ago. 2013

TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 19-48, jul./dez. 2010.